

PROJETO DE LEI Nº , DE 2019
(Da Sra. RENATA ABREU)

Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, (Código Eleitoral) para instituir o sistema eleitoral distrital e o sistema de voto único não transferível nas eleições para as Câmaras Municipais, nos termos em que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 4.737, de 15 de maio de 1965 – Código Eleitoral, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.84. A eleição para a Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmara Legislativa do Distrito Federal obedecerá ao princípio da representação proporcional, na forma desta lei. (NR)

Art.84-A. A eleição para as Câmaras de Vereadores, nos municípios com mais de duzentos mil eleitores, será realizada por meio da combinação dos sistemas distrital e de voto único não transferível, observados os seguintes preceitos:

I – 50% da representação do município será composta pelos candidatos mais votados em eleição em distrito único, sendo a circunscrição o município;

II – 50% da representação do município será composta pelos candidatos mais votados em distritos uninominais, que serão instituídos em seus âmbitos;

III – cada município será divido pelo Tribunal Regional Eleitoral competente, em número de distritos igual à metade das cadeiras de sua Câmara Municipal, observadas a contiguidade territorial e a igualdade do voto;

IV – Nos casos em que o número total vereadores do município não for divisível por dois, a vaga restante será preenchida por voto em distrito único;

V – Os eleitores disporão de dois votos, devendo um deles ser destinado a candidato registrado em distrito único, outro em candidato registrado nos distritos uninominais.

VI – É facultado a um mesmo candidato concorrer em distrito único e em distrito uninominal;

VII – Serão considerados suplentes os candidatos mais votados, dentre os não eleitos, em ordem decrescente de votação, em cada um dos sistemas descritos.

Art.84-B. A eleição para as Câmaras de Vereadores em municípios com duzentos mil eleitores ou menos será realizada pelo sistema de voto único não transferível, sendo a circunscrição o município.

Art.86. Nas eleições presidenciais, a circunscrição será o País e, nas eleições federais e estaduais, o Estado.” (NR)

Art.2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A primeira virtude de um sistema eleitoral deve ser a de respeitar o senso de justiça que o cidadão brasileiro porta quando deposita seu voto na urna. A segunda, a capacidade de se fazer compreensível para todos os envolvidos. Intimamente vinculadas, justiça e simplicidade são as virtudes que buscamos ao propor este Projeto de Lei.

Em primeiro lugar, é inconcebível para o eleitor brasileiro descobrir que candidatos com menos votos que o seu foram eleitos ou descobrir que seu voto ajudou a eleger pessoas com as quais não guarda afinidade, ainda que do mesmo partido de seu candidato. Ambas as injustiças são permitidas hoje pelo sistema proporcional.

Some-se a estes fatos a profusão de candidaturas no sistema atual, que muitas vezes servem apenas para complementar as listas partidárias na busca de transferência de votos. Situações desse tipo, não só dificultam a fiscalização das eleições, como também promovem uma indesejável pulverização de recursos públicos e privados. Além disso, fazem com que o eleitor não consiga acompanhar com mais profundidade as propostas de cada candidato, o que dificulta inclusive a qualidade da representação. Talvez, por

isso mesmo, como mostram pesquisas recentes, quase 80% dos eleitores não se lembram em quem votaram nas eleições de 2014¹.

Em segundo lugar, é preciso apresentar ao eleitor um sistema eleitoral simples e claro, como recomenda, aliás, o Manual de Sistemas Eleitorais do IDEA (International Institute for Democracy and Electoral Assistance)². Nesse sentido, segundo nosso juízo, o princípio norteador é inequívoco: ganha aquele que obtiver mais votos, em eleições limpas e livres. Outra não poderia ser, aliás, a vontade de um representante que não o respeito à decisão soberana do povo.

Longe de ser uma proposta que enfraquece os partidos políticos, o sistema que ora propomos os fortalece. Por um lado, faz com que os partidos precisem mostrar capacidade de organização, lançando nos distritos uninominais ou no distrito único candidatos que contem com a chancela do partido como um todo e sejam para valer, o que não ocorre hoje uma vez que os partidos têm incentivos para lançar o maior número possível de candidatos. Em segundo lugar, em um país que acabou de adotar a cláusula de desempenho e o fim das coligações proporcionais, este sistema permite que os partidos menores mantenham suas representações, desde que tenham candidatos bem votados.

Por fim, espera-se que introdução dessas duas virtudes, justiça e simplicidade, no coração do sistema eleitoral brasileiro gere ainda ganhos secundários. Uma vez racionalizada a disputa, na qual cada candidato fará sua própria campanha, espera-se que o custo geral das eleições seja barateado, uma vez que os partidos não terão mais incentivos para inscrever candidatos apenas para agregar na transferência de votos. Além disso, as mudanças aqui propostas permitirão um salto na qualidade da representação, uma vez que o eleitor poderá se deter mais nas propostas de cada candidato e saber exatamente quem é o seu representante, no caso dos vereadores distritais.

¹ Conforme noticiado em <https://exame.abril.com.br/brasil/79-dos-brasileiros-nao-lembram-em-quem-votaram-para-o-congresso/>, último acesso em 28/02/2019.

² Conforme disponível em <https://www.idea.int/sites/default/files/publications/electoral-system-design-the-new-international-idea-handbook.pdf>, p.160, último acesso no dia 28/2/2019.

Propomos, assim, que nos municípios com mais de 200 mil eleitores, seja adotada uma combinação de duas modalidades de voto majoritário, a de distrito único, cuja circunscrição será o município, com a de voto em distritos uninominais. A primeira delas prestigia aqueles candidatos que, sendo partidários de determinadas causas ou estilos de representação, possuem votos pulverizados em seus municípios. A segunda, mantendo o princípio de que os mais votados devem ser eleitos, garante que as diversas divisões dos municípios possuam representantes, permitindo com que o eleitor saiba exatamente de quem cobrar melhorias para suas localidades. Naqueles municípios pequenos demais para serem divididos em distritos, defendemos a adoção do sistema majoritário em distrito único, pelas razões já levantadas.

É sabido que o constituinte originário de 1988 optou por não constitucionalizar o sistema eleitoral para a eleição de vereadores, hoje regulamentado apenas pela Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, o Código Eleitoral. Assim, é perfeitamente possível aprimorar o sistema de escolha de representantes locais por meio de um Projeto de Lei. Acreditamos ser este um primeiro passo para a melhoria do processo eleitoral como um todo, em todas as instâncias. É isso que o Brasil espera de nós em um momento decisivo de mudança da política.

Sala das Sessões, em de de 2019.

Deputada RENATA ABREU